

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 17422/2009

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, precedendo procedimento concursal para a ocupação de postos de trabalho na carreira de conservador, procedeu-se, na sequência de despacho, de 15 de Julho de 2009, do Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., à celebração de contrato em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Licenciado Paulo Manuel de Sousa Eira Ramos Jerónimo, para a categoria de Conservador da 2.ª Conservatória do Registo Predial da Maia, auferindo pela remuneração base correspondente ao escalão 1, índice 500, com efeitos à data do início da actividade. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2009. — O Director, *Luís Miguel Santos*.

202092954

Despacho (extracto) n.º 17423/2009

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, precedendo procedimento concursal para a ocupação de postos de trabalho na carreira de escriturário, abaixo indicados, procedeu-se, na sequência de despacho, de 25.05.2009, do Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., à celebração de contratos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores:

Dulce Lopes Luís, para a categoria de escriturária da Conservatória do Registo Civil de Angra do Heroísmo, auferindo pela remuneração base correspondente ao escalão 1, índice 150, com efeitos à data do início da actividade;

Maria de Jesus Afonso Conceição, para a categoria de escriturária da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, auferindo pela remuneração base correspondente ao escalão 4, índice 225, com efeitos à data do início da actividade;

Maria Manuel Filipe Santos de Matos Vaz, para a categoria de escriturária da Conservatória do Registo Civil de Vila Real, auferindo pela remuneração base correspondente ao escalão 2, índice 165, com efeitos à data do início da actividade.

(Não carece de visto do T. C.)

23 de Julho de 2009. — O Director, *Luís Miguel Santos*.

202096307

Despacho (extracto) n.º 17424/2009

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, precedendo procedimento concursal para a ocupação de postos de trabalho na carreira de escriturário, procedeu-se, na sequência de despacho, de 26.05.2009, do Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., à celebração de contrato em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora Anabela de Matos Penteados Serra, para a categoria de escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial da Azambuja, auferindo pela remuneração base correspondente ao escalão 2, índice 165, com efeitos à data do início da actividade.

(Não carece de visto do T. C.)

23 de Julho de 2009. — O Director, *Luís Miguel Santos*.

202096486

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Declaração n.º 259/2009

Nos termos do n.º 10 do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, reconhece-se o interesse ambiental da actividade e das iniciativas promovidas ou a promover,

durante o período de 1 de Julho de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, pela Salta Fronteiras Associação, pessoa colectiva n.º 505190133.

21 de Julho de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202096283

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 17425/2009

Ao abrigo do Regime Transitório, regulamentado no n.º 2 do artigo 22.º da Portaria 1474/2007 de 16 de Novembro, o qual prevê a não aplicabilidade da realização da reunião preparatória prevista no n.º 4 para situações de conversão das Comissões Mistas de Coordenação em funcionamento em Comissões de Acompanhamento, mediante solicitação da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, determino:

Composição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo;
 Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo;
 Autoridade Nacional de Protecção Civil;
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
 Turismo de Portugal, I. P.;
 IGESPAR;
 Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 REN (Rede Eléctrica Nacional);
 EDP;
 Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM);
 Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, I. P.;
 Direcção Regional da Economia do Alentejo;
 EDIA;
 Direcção Regional das Florestas do Alentejo;
 Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
 EP — Estradas de Portugal, E. P. E.;
 Administração Regional de Saúde;
 Direcção Regional de Educação do Alentejo.

De acordo com o artigo 5.º da Portaria, esta CCDR promoverá a publicação deste Despacho de constituição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo em aviso no *Diário da República* e respectiva página da Internet, o qual produz efeitos a partir da data da sua publicação.

4 de Junho de 2009. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

202092768

Despacho (extracto) n.º 17426/2009

Constituição da comissão de acompanhamento da revisão do PDM de Santiago do Cacém ao abrigo da portaria 1474/2007, de 16 de Novembro

Ao abrigo do artigo 5.º da Portaria 1474/2007, de 16 de Novembro e na sequência da realização da reunião preparatória prevista no artigo 4.º para constituição da Comissão de Acompanhamento, mediante solicitação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, determino:

Composição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Santiago do Cacém

a) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
b) Câmara Municipal de Santiago do Cacém;
c) Assembleia Municipal de Santiago do Cacém;
d) Câmara Municipal de Sines;
e) Câmara Municipal de Grândola;
f) Câmara Municipal de Aljustrel;
g) Câmara Municipal Ferreira do Alentejo;
h) Câmara Municipal de Ourique;
i) Câmara Municipal de Odemira;
j) Agência Portuguesa do Ambiente;
k) Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, IP;
l) Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP;
m) Autoridade Nacional de Protecção Civil
n) Águas de Santo André, S. A.
o) Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;

- p) Autoridade Florestal Nacional;
- q) Direcção Regional da Economia do Alentejo;
- r) Direcção Regional da Educação do Alentejo;
- s) Direcção Regional da Cultura do Alentejo;
- t) ICP — Autoridade Nacional de Comunicações;
- u) EP — Estradas de Portugal, S. A.;
- v) Instituto Geográfico Português;
- w) Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.;
- x) Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;
- y) Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.;
- z) REFER — Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.;
- aa) REN — Rede Eléctrica Nacional;
- bb) Entidade Regional — Turismo do Alentejo Litoral.

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém integra a Comissão de Acompanhamento enquanto entidade responsável pela Revisão do Plano Director Municipal e respectivo Relatório Ambiental ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º da Portaria 1474/2007 de 16 de Novembro.

De acordo com o artigo 5.º da Portaria, esta CCDD promoverá a publicação deste Despacho de constituição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Santiago do Cacém em aviso no *Diário da República* e respectiva página da Internet, o qual produz efeitos a partir da data da sua publicação.

7 de Julho de 2009. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.
202093723

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Despacho n.º 17427/2009

Nomeação

Por despacho do Senhor Director-Geral, de 21 de Julho de 2009, nos termos do disposto nos números 8 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Director de Serviços da Direcção de Serviços de Ordenamento do Território e Cidades da DGOTDU, o licenciado António José Graça de Oliveira, assessor principal do Mapa de Pessoal desta Direcção-Geral, considerando que:

Os cargos de direcção intermédia do 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

O procedimento concursal para provimento do cargo de Director de Serviços da Direcção de Serviços de Ordenamento do Território e Cidades da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), aberto pelo Aviso n.º 17409/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 177, de 13 de Setembro, se encontra concluído, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais;

O Júri do procedimento concursal me propôs que o licenciado António José Graça de Oliveira seja nomeado para o cargo de Director de Serviços da Direcção de Serviços de Ordenamento do Território e Cidades, por ter o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, conforme resultou da aplicação dos métodos de selecção e dos critérios de apreciação e ponderação fixados para o procedimento concursal, nos quais obteve elevada classificação, demonstrando grande competência técnica e muito boa aptidão profissional e pessoal para o cargo;

O licenciado António José Graça de Oliveira reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo.

22 de Julho de 2009. — O Director-Geral, em substituição, *Manuel Pinheiro*.

Nota Curricular

Nome: António José Graça de Oliveira
Data de nascimento — 29 de Janeiro de 1957
Naturalidade — Lisboa
Habilitação académica — licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Carreira Profissional:

Desde 2007, Director de Serviços de Ordenamento do Território e Cidades da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (em regime de substituição);

Entre 2004 e 2007, Director de Serviços de Gestão de Programas e Projectos de Ordenamento do Território da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Actividades profissionais relevantes:

Coordenador do serviço da DGOTDU responsável pelo acompanhamento da elaboração, ratificação e registo dos instrumentos de gestão territorial;

Coordenador do serviço da DGOTDU responsável pela recolha e tratamento de dados urbanísticos referentes à caracterização dos instrumentos de gestão territorial, dos loteamentos, das servidões e restrições de utilidade pública, zonas de protecção, ADUP e ACRRU;

Responsável pelo acompanhamento de diversos instrumentos de gestão territorial;

Responsável pela emissão de pareceres técnicos sobre instrumentos de gestão territorial, estudos de legalização e reconversão de áreas de construção clandestina, operações de loteamentos urbanos, propostas de localização de empreendimentos turísticos, propostas de construções em zonas de protecção e edifícios públicos e pedidos de estabelecimento de zonas de protecção a edifícios públicos não classificados como monumentos nacionais;

Vogal da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional em representação do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Representante da DGOTDU no conselho consultivo da Reserva Natural da Serra da Malcata;

Representante da DGOTDU no grupo de trabalho CNIG/DGOTDU com vista à criação de uma base de dados sobre equipamentos urbanos de utilização colectiva;

Representante da DGOTDU na comissão de análise de projectos de empreendimentos localizados em áreas abrangidas por planos regionais de ordenamento do território e objecto de declaração de incompatibilidade ao abrigo do Decreto-Lei n.º 351/93, criada por despacho conjunto dos Secretários de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território e do Turismo de 15 de Julho de 1994;

Assessoria técnica aos municípios de Santarém, Alpiarça, Almeirim, Cartaxo e Rio Maior;

Responsável por diversos projectos de arquitectura e urbanismo.
202091471

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17428/2009

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, designo para exercer funções de motorista no meu Gabinete, em regime de cedência de interesse público, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, Jorge Manuel Lopes da Cruz, do quadro de pessoal do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação, I. P., auferindo pelo serviço de origem a remuneração mensal que lhe é devida em razão da categoria que detém.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Julho de 2009.

15 de Julho de 2009. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Fernando Teixeira dos Santos*.

202091309

Despacho n.º 17429/2009

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, designo para exercer funções de apoio administrativo no meu Gabinete, no regime de cedência de interesse público, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, a assistente operacional do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação Maria Eduarda da Silva Madeira Gomes, auferindo pelo serviço de origem a remuneração mensal que lhe é devida em razão da categoria que detém.